

Na superterça, a loteria do sistema

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Na véspera da superterça, quando o plenário da Constituinte pode decidir por uma drástica mudança no sistema de governo, o Brasil olha na direção de Brasília com curiosa perplexidade de quem espera resultado de uma loteria. De um lado, os presidencialistas, capitaneados pelo presidente José Sarney, seus ministros Antônio Carlos Magalhães e Prisco Viana e seus líderes no Parlamento José Lourenço, Saldanha Derzi e Carlos Sant'Anna, cantam previamente a vitória com mais de 280 votos, da manutenção do atual sistema de governo. Do lado oposto, os parlamentaristas já querem até discutir se o primeiro-ministro será o multipresidente Ulysses Guimarães, o líder do PMDB majoritário no Senado, Fernando Henrique Cardoso, ou outro parlamentar qualquer.

Sabe-se apenas que quem vencer, apesar dos festejos prévios, vai ter de esperar a votação até o fim, pois cada voto será importante e a maioria certamente vai ser apertada. Os prognósticos mais equilibrados não esperam margem superior a 20 votos de diferença para um ou para outro lado. Ontem, à véspera da superterça, o clima em Brasília, particularmente no Congresso, era de expectativa. Em cima do muro, como ficou, impávido, nos últimos dias, o dr. Ulysses confidenciou a um parlamentar que nem é parlamentarista nem presidencialista, mas, usando sua experiência em plenário, foi capaz de prever uma rota, nesse voo cego: "Se a emenda presidencialista não passar na primeira votação, não haverá buraco negro. O parlamentarismo será aprovado em seguida pela maioria. A derrota de uma será inevitavelmente a vitória da outra".

Palpites não faltam: o deputado Afif Domingos (PFL-SP), que é presidencialista e quer quatro anos para Sarney, não se arrisca a apontar um vencedor. Mas também tem sua teoria: "Se der parlamentarismo, Sarney ganhará cinco anos. Mas, se passar o presidencialismo, acredito na vitória dos quatro anos. A pressão da sociedade não poderá ser suportada pelo Congresso". Com a primeira parte da equação de Afif concordando seu arquiadversário Delílim Netto (PDS-SP).

Da segunda discordam os presidencialistas e "cinco-anistas" Milton Reis (PMDB-MG), Ricardo Fluzza (PFL-PE) e Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA). Os três levaram ontem, à noite, ao líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), a previsão triunfalista de que o presidencialismo terá 300 votos na sessão, marcada para começar às 14 horas. Imediatamente Sant'Anna telefonou para o presidente José Sarney, assegurando também que,

no pacote do presidencialismo virão embulhados os cinco anos de mandato para qualquer presidente — o próprio Sarney e seus sucessores. Essa esperança reúne constituinte normalmente separados pela ideologia e pelas siglas partidárias.

Em torno de uma mesa, à qual compareceu o próprio autor principal da emenda presidencialista, o presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), estavam o senador Marco Maciel (PFL-PE) e o líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro (PDT-RJ), o amigo particular de Sarney, Edson Lobão (PFL-MA) e o ex-secretário de Brizola no Rio, Vivaldo Barbosa (PDT-RJ). O fundador e coordenador do bloco conhecido como Centro Democrático, deputado Expedito Machado (PMDB-CE), almoçou com os ministros da Saúde, Borges da Silveira, e da Habitação, Prisco Viana, e lhes garantiu, na companhia de outros sete membros da bancada do PMDB, que seguem sua orientação, 60 votos do grupo para a emenda de Lucena.

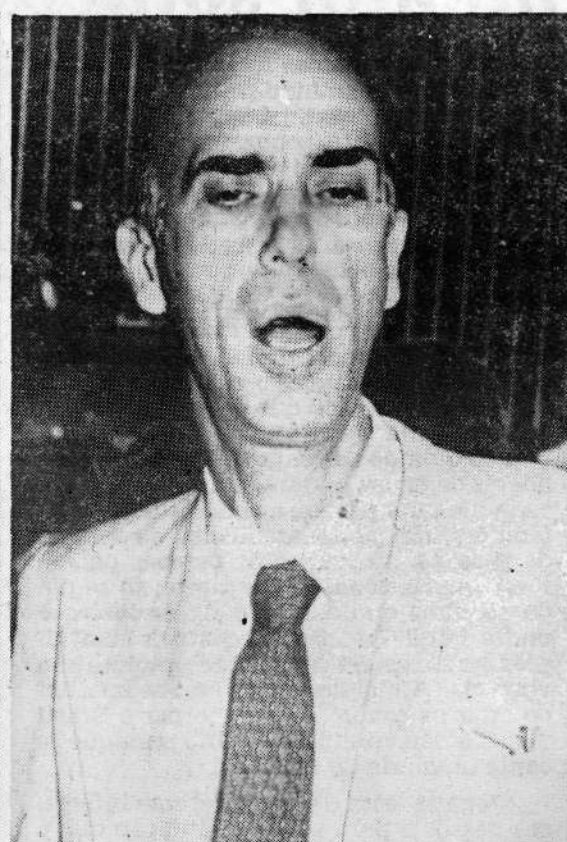
Com Maciel, Vivaldo e Expedito votarão também os 16 representantes do Partido dos Trabalhadores — PT — e, no caso, estarão apenas seguindo uma decisão partidária. Há um grupo de parlamentaristas da bancada do PMDB, contudo, que tenta convencer o PT a se abster. Luiz Inácio Lula da Silva, Irma Passoni, Plínio de Arruda Sampaio e João Paulo são parlamentaristas, mas acompanharão o voto de seus companheiros de bancada, por decisão da votação feita em convenção partidária.

Os constituintes do PDT, à exceção da rebelde Moema São Thiago, acompanharão a posição do chefe Leonel Brizola e votarão a favor da emenda Humberto Lucena, como a maioria da pequena bancada do PL. Já a bancada parlamentarista é mais coesa ideologicamente. Ela junta, por exemplo, o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (PMDB-SP), aos três representantes do PCB, 32 membros da chamada "ala moderna" do PFL, seis do PSB e aos cinco do PC do B. Ou seja, ao contrário dos presidencialistas, que trafegam em todas as tendências ideológicas, o parlamentarismo é predominantemente uma posição adotada pelos constituintes da também ampla e irrestrita centro-esquerda.

Parlamentarista radical é o normalmente moderado senador José Richa (PMDB-PR), fundador e líder do grupo dos 32, que amarrou muitos acordos na Comissão de Sistematização. Como também radical parlamentarista é o senador Afonso Arinos de Melo Franco (PFL-RJ), que, no passado, já foi presidencialista. Quanto ao multipresidente Ulysses Guimarães ninguém consegue arrancar dele uma confissão de fé.



Alencar Monteiro



Alencar Monteiro



Luís Tajás

Covas é parlamentarista, ao contrário de Maciel, presidencialista, como Vivaldo, seguidor de seu chefe, Brizola

Primeiro será votado o presidencialismo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A decisiva sessão de hoje, começará com a votação de uma fusão de emendas, baseada numa das chamadas "emendas populares", conferindo também aos cidadãos a iniciativa das leis complementares e ordinárias. Esse assunto já havia sido adiado mas, agora, concluída a votação de todos os dispositivos referentes ao Poder Legislativo, terá de ser decidido.

A sessão, como de costume, deverá ser aberta às 14h30 pelo senador Jorge Arbage (PDS-PA). Mas, como dificilmente há número para deliberação neste horário (mínimo de 280 constituintes em plenário), o senador costuma conceder a palavra a quem queira falar — e nunca faltam pretendentes. Enquanto isso, Arbage vai repetindo apelos para que todos compareçam ao plenário.

Após encerrar o capítulo do Poder Legislativo, a sessão passará a votar o capítulo do Executivo. A primeira decisão será sobre a emenda presidencialista e várias hipóte-

ses poderão ocorrer. Se a emenda não alcançar os 280 votos necessários à aprovação, por ser assinada pela maioria (353 constituintes), ela será submetida à nova votação 24 horas depois. Se novamente não alcançar o número, estará rejeitada.

Apenas amanhã será a vez, então, de outra emenda substitutiva, a parlamentarista, que tem por objetivo aperfeiçoar o texto do projeto da Comissão de Sistematização. Como também é assinada pela maioria (341 constituintes), o processo será o mesmo. Mas, se essa emenda não alcançar o quórum para a aprovação, estará aberto o buraco negro. O relator Bernardo Cabral terá prazo de 48 horas para elaborar e apresentar outra proposta, e a maioria dos constituintes também poderá apresentar outras alternativas.

PRIMEIRA EMENDA

O substitutivo que será colocado hoje em votação na Constituinte, visando a definir a controvertida questão do sistema de governo, propõe um presidencialismo que admite, no entanto, a demissão de ministro de Estado por decisão de dois terços dos integrantes da Câmara

dos Deputados. A emenda, com 353 assinaturas, resultou da fusão de outras, de autoria de Humberto Lucena (PMDB-PB), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Edson Lobão (PFL-MA), Theodoro Mendes (PMDB-SP) e Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE). Ela tem por objetivo substituir o texto proposto pela Comissão de Sistematização (parlamentarista), para os dispositivos que regulam a escolha do presidente da República, suas atribuições e responsabilidades, e tratam também dos ministros de estado.

Na emenda substitutiva fica estabelecido que o presidente e o vice-presidente precisam ser brasileiros natos, maiores de 35 anos, e que serão eleitos por maioria absoluta. Se nenhum candidato alcançar essa maioria, será realizado um segundo turno de votação com a participação dos dois mais votados. O vice-presidente continua vinculado à canga do presidente e será considerado eleito como este.

CINCO ANOS

A emenda prevê, ainda, que o mandato presidencial será de cinco

anos, sendo proibida reeleição para o período subsequente, mas não dispõe sobre o mandato do atual presidente. Esse assunto fica para as Disposições Transitórias, que estão no final do projeto em votação. Há, porém, uma inovação importante, os presidentes tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição e não mais a 15 de março. Isso significa que o presidente que estiver saindo não terá mais como comprometer, nos dois meses e pouco que lhe restam, todo o orçamento do primeiro ano da gestão de seu sucessor.

O presidente fica autorizado a ausentar-se do País, sem licença do Congresso Nacional, por prazo não superior a cinco dias e, em qualquer caso, terá de enviar ao Congresso relatório circunstanciado dos resultados de cada viagem. As atribuições do presidente são praticamente as mesmas de hoje. A novidade está nas atribuições que ele poderá delegar aos ministros de Estado. Foi incluído o exercício do Comando Supremo das Forças Armadas, o que inclui também a promoção de oficiais-generais e a nomeação de comandantes.

Emenda reúne esforços dos presidencialistas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A emenda coletiva presidencialista nasceu da necessidade de se reunir esforços em torno de um só objetivo: manter o atual sistema de governo. "Estava difícil, individualmente, reunir 280 assinaturas de parlamentares e, como as propostas eram semelhantes resolvemos nos juntar e o resultado foi excelente: 353 adesões", disse o senador Edson Lobão (PFL-MA), que juntamente com os constituintes Humberto Lucena, Vivaldo Barbosa, Theodoro Mendes, e Maurílio Ferreira Lima assinam a proposta.

A fusão de emendas deveria trazer também a assinatura do senador Marco Maciel, e isso só não foi possível porque o líder do PFL não foi encontrado na noite em que foram concluídas as negociações, quando venceu o prazo de apresentação de alterações ao projeto da Comissão de Sistematização. Marco Maciel, entretanto, tem participado de todas as reuniões do grupo e também aposta na vitória presidencialista.

A emenda básica para fusão foi a do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), derrotada pela Sistematização mesmo tendo preferência de votação, na época. Ele, juntamente com os deputados Theodoro Mendes (PMDB-SP), Brandão Monteiro, líder do PDT e José Lourenço, líder do PFL resolveram se unir para tentar a manutenção do atual sistema de governo. Como não conseguiram as 280 assinaturas necessárias, da mesma forma que os senadores Edson Lobão e Humberto Lucena (PMDB-PB), resolveram, então, fazer uma superemenda coletiva, conseguindo número superior ao exigido.

Foi necessário um dia inteiro de trabalho para fundir as emendas. O senador Humberto Lucena coordenou os trabalhos e a proposta de Vivaldo Barbosa passou a ser analisada, por ser considerada a mais completa e propor um presidencialismo com alguns recursos parlamentaristas, ao contrário da emenda Lobão, que previa o presidencialismo puro. A emenda do senador pefelista continha ainda alterações a todo o texto da Sistematização e, por isso, foi abandonada, passando-se a trabalhar praticamente em função das emendas Lucena e Vivaldo.

Um dos pontos de maior discussão foi em relação à censura a ministros, que não existia na proposta de Lucena. Vivaldo desejava que ela se desse por maioria absoluta dos membros da Câmara, mas acabou cedendo aos argumentos de Lobão e Lucena, prevendo a censura por dois terços. A questão da convocação de ministros à Câmara e a consequente avaliação de seu depoimento também foi objeto de calorosas discussões. O senador Edson Lobão fez questão que o quórum para reprovação desse depoimento fosse também de dois terços, e não de maioria absoluta como o previsto anteriormente. Foi suprimida ainda a sugestão de Vivaldo, de realização de consulta ao povo cada vez que houvesse uma questão polêmica a ser decidida pelo Executivo.

A contribuição de Maurílio Ferreira Lima surgiu à última hora, quando o senador José Fogaça (PMDB-RS) advertiu a Mesa da Constituinte que a emenda presidencialista não trazia as alterações necessárias ao Poder Legislativo. Como a emenda de Maurílio trazia estas mudanças, foi acrescida ao projeto.

Congresso não terá segurança especial

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Congresso Nacional não receberá nenhum esquema de segurança especial, hoje, durante a votação das emendas do sistema de governo, apesar de ser considerada "a sessão mais difícil da constituinte", pelo primeiro-secretário da Assembléia, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA). O segundo vice-presidente da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), acredita que a sessão "poderá ser agitada, mas o esquema de segurança atual é suficiente para garantir a tranquilidade da votação".

O diretor de segurança da Câmara dos Deputados, Fernando Paulucci, explicou que haverá apenas um reforço de cerca de 15 homens no plenário e nas suas proximidades. Normalmente, os 280 segurados do Congresso têm se revezado em três turnos, para garantir a tranquilidade das votações da Constituinte. Durante cada uma de-

las, cerca de 65 seguranças permanecem nos salões do Congresso, nas galerias e no plenário. Hoje, haverá 80 espalhados por estes locais.

O acesso às galerias permanecerá o mesmo: 400 lugares são reservados ao público em geral, desde que portem senhas distribuídas pelos deputados; 156 destinam-se a jornalistas credenciados pela primeira secretaria da Constituinte; e 88 são reservados a autoridades, como governadores, embaixadores e convidados da presidência da Mesa. A distribuição destas 88 credenciais fica a cargo do segundo vice-presidente da Constituinte, deputado Jorge Arbage.

Até ontem, Arbage não tinha noção de quem iria ocupar os lugares especiais, porque "todas as credenciais foram distribuídas anteriormente para várias autoridades, que não as devolveram", admite. Mesmo assim, o deputado garante que qualquer governador ou outra autoridade que quiser assistir a votação do sistema de governo terá acesso garantido.